

## Com apoio do PT, candidato de Alcolumbre e Bolsonaro amplia bloco no Senado

Rodrigo Pacheco, do DEM, conta agora com apoio de seis partidos, que somam 29 senadores

### Renato Machado

A bancada do PT no Senado anunciou nesta segunda-feira (11) que vai apoiar Rodrigo Pacheco (DEM-MG) na eleição para a presidência da Casa, que será realizada em fevereiro.

Também no mesmo dia a bancada do PSC aderiu à campanha de Pacheco. O senador mineiro agora conta com o apoio de seis partidos —DEM, PROS, PSC, PSD, PT e Republicanos— que contabilizam 29 senadores.

Também podem seguir o mesmo caminho nesta semana PDT (3 senadores), PL (3) e PP (7). São necessários 41 votos para vencer a disputa, caso todos os parlamentares compareçam para votar.



O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que nesta segunda ganhou o apoio da bancada do PT

A votação, no entanto, é secreta e há chances de traições.

Pacheco é o candidato do atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que se engajou na disputa e vem negociando pessoalmente os apoios.

Bolsonaro, no entanto, ainda não anunciou publicamente sua preferência.

Aliados relatam que a estratégia de Alcolumbre e Pacheco era justamente fechar o máximo de acordos antes da escolha do candidato rival, do MDB.

O MDB, que tem a maior bancada, anunciou ainda em dezembro que teria um candidato único na eleição, mas ainda não definiu o nome. Eram pré-candidatos inicialmente o líder da bancada, Eduardo Braga (MDB-AM); o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE); o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO); e a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Simone Tebet (MDB-MS).

Bezerra e Gomes, por serem líderes do governo, perderam força após o chefe do Executivo mencionar o apoio a Pacheco. Ambos devem se retirar da corrida nesta semana.

O segundo golpe seguido veio com a decisão petista, que afeta diretamente Braga, o único pré-candidato da sigla com aceitação na bancada do PT.

À **Folha**, o líder do MDB afirmou não entender o fato de os petistas fecharem aliança com o candidato apoiado por Bolsonaro.

“Eu tive uma conversa muito amistosa e muito respeitosa com a bancada do PT na sexta-feira, na qual pedi para que tivéssemos a oportunidade de apresentar nosso candidato. Mas eles preferiram tomar essa decisão”, afirmou Braga, que se reuniu com os petistas na condição de líder de bancada, e não pré-candidato.

“Eu respeito [a decisão], mas o que eu posso dizer é que não compreendo”, completou.

O MDB vai antecipar a escolha de seu candidato, que estava prevista inicialmente para a próxima sexta-feira (15). A bancada se reúne inicialmente nesta terça-feira (12), para a cerimônia de filiação dos senadores Veneziano Vital do Rêgo (PB) e Rose de Freitas (ES). Há chances de que a decisão do partido possa ser anunciada no mesmo dia.

Além de fortalecer a candidatura de Pacheco, a decisão petista também tende a abrir caminho para a indicação de Tebet. A senadora é considerada independente e conta com o apoio do movimento suprapartidário Muda Senado —que tem 18 parlamentares.



O MDB, no entanto, terá uma equação difícil para fechar. O partido sempre teve uma posição governista, independentemente de quem esteve no Palácio do Planalto. Os líderes do governo no Senado e no Congresso, respectivamente, Bezerra e Gomes, são da sigla.

Por isso pode haver uma articulação interna para enfraquecer o nome de Tebet.

Além disso, uma eleição sem grandes rupturas entre os partidos de centro e centro-direita no Senado poderia abrir caminho para alianças mais fortes na Câmara dos Deputados, onde Baleia Rossi (MDB-SP) tem reais chances de vitória.

A bancada petista buscou deixar claro ao longo do dia que a aliança com o candidato de Alcolumbre e Bolsonaro se tratava de uma questão circunstancial.

“Nós conversamos longamente com o Rodrigo Pacheco, que mostrou prezar pela independência do Senado e pelas liberdades. Não está comprometido com a necropolítica do atual governo”, afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE), que acrescentou ser inicialmente contra essa estratégia, mas acabou convencido que seria o melhor caminho para o partido.

“O Bolsonaro apoia o Rodrigo Pacheco, mas ele [Rodrigo] não tem compromisso com o Bolsonaro. E qual seria a nossa outra opção? Simpatizamos com o Eduardo Braga, mas não há garantia que seria ele o escolhido [do MDB]. Há [entre os pré-candidatos] dois líderes do governo e uma representante do movimento Muda PT”, completa, fazendo um trocadilho com o movimento Muda Senado, que defende a Lava Jato.

Como condição para seu apoio, o partido havia solicitado o comando da importante CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Em encontro mais recente com Pacheco, a sigla abriu a possibilidade também de continuar com a presidência da CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) e da Comissão de Meio Ambiente.

As duas últimas podem representar obstáculos para o governo Bolsonaro avançar em assuntos ligados à pauta de costumes, além de as crises de desmatamento e queimadas terem se tornado grandes problemas para o Planalto.

Para tentar evitar críticas de embarcar numa aliança com Bolsonaro, ao anunciar sua escolha, o PT divulgou uma longa nota na qual afirma que o acordo se dará exclusivamente para a eleição no Senado e que não vai abrir mão de suas bandeiras.

“Esses compromissos apresentados ao candidato Rodrigo Pacheco (DEM/MG) têm o sentido de enfrentar a agenda de retrocessos pautada pelo governo de extrema direita no campo dos direitos humanos e dos direitos constitucionais, e em defesa do Estado democrático de Direito e da soberania nacional”, afirma o texto.

“O PT tem bastando claro que a aliança com partidos dos quais divergimos politicamente, ideologicamente e ao longo do processo histórico se dá exclusivamente em torno da eleição da Mesa Diretora do Senado Federal, não se estendendo a qualquer outro tipo de entendimento, muito menos às eleições presidenciais.”

A nota da bancada afirma que a decisão levou em consideração a “grave situação econômica, social e política do país”, além da “necessidade de reforçar a institucionalidade e a legalidade democráticas no âmbito do Estado brasileiro”.

O PT diz ainda que foram considerados para a aliança dois aspectos centrais: a independência do Poder Legislativo e a proposição de uma agenda para superar a “gravíssima crise” que atravessa o Estado brasileiro, com ações para desmontar o Estado democrático de Direito.

A bancada também ressalta que vai continuar defendendo suas plataformas, como a defesa da vida, desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, compromissos com os mais pobres, combate à fome e violações de direitos humanos, homofobia, racismos e machismo.

“O PT continuará lutando, dentro e fora do parlamento, pela soberania nacional, contra as privatizações de empresas estratégicas ao desenvolvimento, contra a agenda neoliberal que compromete o presente e o futuro do país, em defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo impeachment de Jair Bolsonaro e pelo resgate dos direitos políticos e cidadãos do ex-presidente Lula”, afirma a nota.